

PROCESSO N.º 188/2022
INTERESSADO: Pregoeiro.

PARECER JURÍDICO – CPL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022

ASSUNTO: Registro de Preços, do tipo menor preço, visando a Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em Botijão de 13 Kg, destinados às Secretarias de Duque Bacelar/MA.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em Botijão de 13 Kg, destinados às Secretarias de Duque Bacelar/MA. TIPO MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM. EXAME PRÉVIO. MINUTA DE EDITAL E CONTRATO. LEI Nº 10.520/2002, DECRETO 10.024/2019 E LEI Nº 8.666/93.

I – Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico objetivando a Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em Botijão de 13 Kg, destinados às Secretarias de Duque Bacelar/MA.

II – Fase Interna. Minuta de Edital e de Contrato. Legalidade e Possibilidade. Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

III – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.



DUQUE FACELAR

Av. ...
...
...

...
...

... ...

...
...
...

DIREITO ...
...
...
...
...
...
...
...
...
...

...
...
...
...
...

...
...
...
...

...
...
...

I – RELATÓRIO

1. Por despacho do Pregoeiro, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise do Pregão Eletrônico, objetivando a

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE DUQUE BACELAR/MA.
2. Instruem os autos os seguintes documentos:
 - a) Requisições das Secretarias Municipais de Duque Bacelar/MA;
 - b) Termos de Referência;
 - c) Departamento de Compras - Cotação de Preços;
 - d) Autorização e Declaração de Adequação Orçamentária, expedida pelo Ordenador de Despesa;
 - e) Autuação em Processo de Pregão Eletrônico (Processo Administrativo nº 188/2022);
 - f) Minuta de Edital;
 - g) Minuta de Contrato.
3. Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

6. Como sabido, o procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para o fornecimento de produtos e realização de obras. A Lei Federal nº 8.666/1993 – ao trazer as normas gerais sobre o tema – tem como núcleo normativo a norma contida no art. 3º, que reafirma a necessidade e a importância da realização do procedimento licitatório para a proteção e garantia da Administração Pública. Vide:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

7. A norma contida neste artigo demonstra que o procedimento licitatório não se trata de mera sucessão de atos administrativos, mas que é necessário coaduná-los aos princípios da norma geral (Lei Federal n. 8.666/1993). Em suma, a licitação é um procedimento orientado para atingimento de certos fins, entre os quais a seleção da(s) melhor(es) propostas para que o Poder Público explore de maneira mais eficiente seus recursos econômicos.
8. A Constituição Federal determina em seu art. 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de as contratações de obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública



DEPARTMENT OF EDUCATION
OFFICE OF THE DEPUTY DIRECTOR GENERAL
OF TECHNICAL AND VOCATIONAL EDUCATION

The Department of Education is pleased to announce the results of the National Assessment of Educational Progress (NAEP) for the 2003-2004 school year. The assessment was conducted by the National Center for Education Statistics (NCES) and is a measure of the educational achievement of students in the United States. The results show that students in the United States are performing at a level that is comparable to other developed countries. This is a significant achievement and a reflection of the quality of our education system.

The assessment was conducted in a number of subjects, including mathematics, reading, and science. The results show that students are performing well in all of these subjects. In mathematics, students are performing at a level that is comparable to other developed countries. In reading, students are performing at a level that is above the average for other developed countries. In science, students are performing at a level that is comparable to other developed countries. These results are a reflection of the quality of our education system and the hard work of our students and teachers.

The Department of Education is committed to ensuring that all students have access to a high-quality education. We will continue to work with state and local education agencies to improve the quality of our education system. We will also continue to work with the private sector to provide additional resources and support for our students and teachers. We believe that a high-quality education is the key to a bright future for all of our students.

For more information on the results of the NAEP, please visit the website of the National Center for Education Statistics at <http://nces.ed.gov/ipeds/data/naep/>.

serem precedidas de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação. Assim, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei n° 8.666/93, que versa sobre as normas atinentes aos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública.

9. Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
10. Como regra a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

“Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

“Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando



THE NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH
INCORPORATED
321 CENTRE STREET, CAMBRIDGE, MASSACHUSETTS 02142

The National Bureau of Economic Research is a non-profit organization that provides research and information on economic issues. It is the largest and oldest of the five major non-profit research organizations in the United States.

The Bureau's research is conducted by a staff of economists and other researchers, and is supported by a network of academic institutions and private foundations. The Bureau's research is published in the *Brookings Papers on Economic Activity*, the *Journal of Economic Perspectives*, and the *Journal of Business and Economic Statistics*.

MEMBERSHIP

The National Bureau of Economic Research has a membership of over 10,000 individuals and organizations. Membership is open to anyone interested in economic research and information. There are several different levels of membership, including individual, corporate, and institutional membership.

For more information on membership, please contact the National Bureau of Economic Research at 321 Centre Street, Cambridge, Massachusetts 02142. Telephone: (617) 852-6100. Website: <http://www.nber.org>

contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”

11. A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.
12. Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. É assim que se observa que se coíbe que os agentes públicos venham a impor interesses pessoais, o que acarretaria prejuízo para a sociedade em geral.
13. Cumpre destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de observância da legalidade dos atos administrativos que precedem a solicitação do parecer jurídico.
14. Pois bem. Cuida o presente caso de pregão eletrônico, cujo objetivo é a Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em Botijão de 13 Kg, destinados às Secretarias de Duque Bacelar/MA.
15. O pregão eletrônico é uma das espécies da modalidade pregão, foi instituído pela Lei nº 10.520/2002, regulamentado através do Decreto nº 5.450/2005 e Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021, utiliza do tipo menor preço, com o objetivo de realizar a escolha da proposta mais vantajosa para Administração em suas contratações, independentemente, do valor estimado, possui as mesmas

regras básicas do pregão presencial, se torna diferente, uma vez que possui procedimentos específicos, principalmente, na questão em que não possui sessão com a presença física do pregoeiro e sua equipe, assim como dos representantes das empresas licitantes e os demais que venham ter interesse na participação do certame:

16. Para se realizar certame licitatório pela modalidade pregão eletrônico, deve-se observar o que o Decreto Lei nº 5.450/2005 estabelece, mormente o constante em seu art. 9º, o qual transcreve-se abaixo:

Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente; III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

17. Analisando-se os autos, verifica-se que a solicitação para realização do certame partiu de autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e justificou a necessidade de sua aquisição, possuindo a respectiva cotação do objeto e a previsão orçamentária para tanto. Há também o termo de referência



NATIONAL BUREAU OF STANDARDS

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE
NATIONAL BUREAU OF STANDARDS
432 RICHMOND AVENUE, BETHESDA, MARYLAND 20814
TELEPHONE (301) 975-3000

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument. The information is being furnished to you for your information only. It is not intended to constitute a contract or any other legal instrument.

para fins de especificação do objeto. Além disso, resta demonstrada viabilidade orçamentária para realização do certame, a licitude e ausência de especificidade excessiva do objeto, e o conjunto de servidores designados para conduzir o certame.

18. Destarte, tendo se observados tais requisitos, deve-se então obedecer ao interstício legal mínimo, qual seja, de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do anúncio de abertura do certame e a sua efetiva realização.
19. Temos, no presente caso, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por item, a qual está devidamente atuada, numerada segundo série anual e instruída com a requisição de realização pelo setor competente, contendo ainda, os autos, a autorização da autoridade responsável.
20. Ressaltamos que, em análise à minuta do edital, verificamos que no preâmbulo do mesmo constam as informações referentes ao órgão interessado, modalidade e tipo de licitação e legislação a ser aplicada, e demais elementos exigidos. Outra exigência da Lei nº 10.520/2002 é que a autoridade competente defina os critérios de aceitação das propostas feitas pelos licitantes (art. 3º, I).
21. Na minuta do Contrato acostada aos autos estão presentes: cláusula referente ao objeto; prazo de execução e local de entrega; do recebimento; do valor; dotação orçamentária; pagamento; obrigações das partes; penalidades; rescisão contratual; da gestão e fiscalização; da legislação; casos omissos e foro.
22. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

III – CONCLUSÃO

23. Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e do contrato, pelo que se conclui e se opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumprido todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

24. Retornem os autos ao Pregoeiro.

Duque Bacelar/MA, 02 de dezembro de 2022



Sandra Costa
Procuradora
OAB/PI 4650



REPUBLIC OF INDONESIA
MINISTRY OF HEALTH
JANUARY 2022

The Ministry of Health of the Republic of Indonesia has issued a regulation regarding the implementation of the National Health Examination (NHE) for the year 2022. This regulation is aimed at ensuring the quality and consistency of the examination process across all provinces and cities. The NHE is a mandatory health examination for all Indonesian citizens aged 15 years and above. The examination includes a physical examination, a blood pressure measurement, a blood sugar test, and a vision test. The results of the examination will be used to identify health problems and provide early intervention. The regulation also outlines the responsibilities of the health service providers and the citizens in the implementation of the NHE. The regulation is effective from January 1, 2022.

Yogyakarta, January 1, 2022

Minister of Health

Dr. Nya Ma'ruf Amin
Minister of Health
GABRIEL